

A LITERATURA DE VIAGEM COMO REFIGURAÇÃO NARRATIVA DOS REGISTROS DE VIAJANTES DO PERÍODO COLONIAL

Daniel VECCHIO*

- **RESUMO:** Há, em quase todos os autores que trabalham com os textos provenientes das viagens marítimas, a afinidade de se pensar num tipo de grupo que reúna os registros entre si a partir das etiquetas “livros de viagem”, “poesia das navegações”, “roteiros”, “narrativa de viagens”, “literatura náutica”, etc. Com toda essa diversidade de classificações, percebe-se que tem persistido a inexistência de uma proposta mais concisa que se comprometa em trabalhar, mais detalhadamente, os registros de viagem do período colonial, possibilitando, assim, um estudo mais denso acerca das convenções discursivas e ideológicas que compõem cada relato escrito. Para tanto, neste artigo, propomos uma tentativa de reorganizar conceitualmente os estudos desse campo histórico-literário, atentando-se principalmente aos preceitos refigurativos fornecidos pelos estudos narratológicos de Paul Ricoeur.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Registros de viagem. Tipologias. Refiguração narrativa.

A literatura de viagem em suas primeiras tentativas tipológicas

Grande parte dos registros de viagem, ainda hoje, desperta muito interesse pelo exotismo das regiões descritas, pelo imprevisto e risco das situações em que se encontraram os protagonistas dos muitos mares percorridos. A realização de um largo número de registros durante o século XVI se tornou efetivamente conhecido do público leitor apenas no século XIX, quando surgiram muitas das tentativas de sua organização tipológica, tendo em vista uma interpretação mais apropriada desses documentos.¹

* Bolsista FAPERJ. Pós-Doutorando em Letras Vernáculas pela Faculdade de Letras da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. São José dos Campos – SP – Brasil. 12246-030 – danielvecchioalves@hotmail.com.

¹ O século XIX se caracteriza por uma verdadeira explosão do fenômeno comemorativo das viagens coloniais pelo mundo e, em especial, nos países ocidentais. Nesse momento, o objetivo de

Desde então, os autores, editores e, mais tarde, os críticos agruparam diversos registros em função, por exemplo, do destino geográfico das viagens, conforme se dirigiam à Ásia, à África ou à América, ou em função dos protagonistas das viagens: missionários, mercadores, marinheiros, soldados, embaixadores. Outros se propuseram a reparti-los segundo descrições e localizações no tempo e no espaço. Outros ainda identificam esses textos pela nacionalidade dos viajantes ou por critérios temáticos e históricos, tais como os diários, a tragédia marítima, etc.

Com base nessas variáveis, a existência de um gênero literário ou de um conjunto de registros organizados num bloco reconhecido por literatura de viagem será investigada neste subtópico. Isso porque, em cada contexto, se verifica um uso diferente desses registros, logo há uma instabilidade do seu significado enquanto gênero narrativo. Portanto, a clara consciência de que a literatura de viagens adquire um estatuto de gênero literário consolida-se apenas no século XIX,

[...] momento em que emerge uma noção algo singular, até então inexistente: a de escritor-viajante, isto é, o escritor que se converte em viajante, transpondo para a escrita o resultado das suas «impressões» decorrentes das viagens que efectua, sendo o processo de escrita consubstancial ao *olhar*. (CABETE, 2010, p. 177-178).

Um estudo dessa natureza, atento às representações escritas desenvolvidas em descrições, histórias e demais registros, deverá clarificar, antes de tudo, os seus limites. Muitas das narrativas de viagem ainda são, convencionalmente, relacionadas dentro de um grupo único caracterizado pelo amplo tema da viagem. Há, de fato, em quase todos os autores que trabalham com os textos da história das viagens coloniais, a afinidade de se pensar num tipo de grupo que reúna essas obras entre si a partir das etiquetas “‘livros de viagem’, ‘poesia das navegações’, ‘roteiros’, ‘narrativa de viagens’, ‘literatura náutica’ etc.” (CRISTÓVÃO, 2010, p. 22).²

comemorar as “grandes navegações” seria o contínuo aperfeiçoamento dos indivíduos e da espécie humana, em sentido tanto nacional quanto universal, a se espelhar na astúcia dos navegantes e heróis do passado. Em Lisboa, por exemplo, depois dos festejos camonianos de 1880, sucederam-se outras comemorações, em sua maior parte organizados pela Sociedade de Geografia: a participação nacional nas festas do “descobrimento” colombo da América (1892), as celebrações henriquinas de 1894, entre outros festejos.

² Na literatura inglesa, por exemplo, pioneira na elaboração do conceito de “Literatura de Viagens” e na estruturação das suas primeiras e mais significativas coletâneas, a obra *The Concise Cambridge History of English Literature*, de George Sampson, da Universidade de Cambridge, apelida de *sea-literature* os textos das primeiras aventuras marítimas de Richard Eden (1521-1576) até as compilações de Hakluyt e Purchas, e de *Literature of Travel* os livros profissionais e de literatura geográfica, que comentam os registros: “*A literature of travel as distinguished from a literature of discovery began to grow*”. E quando se refere aos textos escritos de 1700 a 1900 e anos seguintes já os apelida, sem

Com toda essa diversidade de classificações, o que se percebe é que tem persistido a inexistência de uma proposta mais concisa que se comprometa a trabalhar, mais detalhadamente, os acervos de registros de viagem que sobreviveram até hoje, possibilitando, assim, um estudo mais denso e atento às convenções discursivas e ideológicas de cada fonte. Sendo assim, constata-se ainda uma presença confusa na utilização desses termos em muitas análises. A causa de tal confusão terminológica surge justamente daí, da abrangência temática à qual acabam constituindo seus conceitos. Nesse sentido, o que mais ocorre é que os textos daquela época são assimilados numa ampla escala histórica sob o significado do tema “viagem”. Sua significação parece prevalecer em termos de experiência, tanto na esfera externa (deslocação física) quanto na esfera interna de um indivíduo (considerando a formação de seu conhecimento teórico e prático adquirido durante seus deslocamentos, ativando um processo similar a *bildung* dos românticos).

Por conseguinte, a viagem pode fundamentar-se amplamente como uma condição de vida do homem, cuja representação literária se manifesta sob um caráter histórico e biográfico, em que o narrador descreve as iniciações de um dado personagem no mundo, embebido, normalmente, por um caráter pedagógico e moral, características essas que podem ser identificadas em obras produzidas desde a Antiguidade³. Sem dúvida nenhuma, essa viagem iniciatória é uma fonte muito especial para podermos pensar numa literatura de viagens, principalmente por seu caráter itinerante e pedagógico. No entanto, tal conjunto não se reduz ao tema da viagem nem detém seu monopólio.

Por isso, cabe perguntarmos: não seria forçoso agrupar um número de obras que possuem um número enorme de características num único conjunto? Levantamos essa pergunta devido ao fato de que, apesar de necessário, esse debate é bastante longo e difícil de construir. Uma das causas de sua dificuldade deve-se a uma fundamentação teórica pouco cautelosa e, conseqüentemente, aos amplos agrupamentos sugeridos até hoje. Todavia, sua especificação tipológica ainda se faz importante por diversos motivos, tanto que tentativas não cessaram ao longo de todo o século XX, quando surgiram novas abordagens sobre os mais diferentes aspectos narrativos contidos nos registros de viagem:

hesitações, de “literature of travel”” (UNIVERSITY PRESS *apud* CRISTÓVÃO, 2010, p. 23-24).

³ Na curiosa leitura de Hegel, *Caráter Geral da Poesia*, o verso épico, por exemplo, nasceu do prazer de ouvir o relato de uma ação estranha de uma personagem, que se desenrola na forma de uma totalidade objetiva, completa, ante a consciência do ouvinte. Ver, também, “Romance de Viagens”, em *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 2003, p. 205-206): “No romance de viagens a personagem é um ponto que se movimenta no espaço, ponto esse que não possui características essenciais nem se encontra por si mesmo no centro da atenção. Seu movimento no espaço são as viagens e, em partes, as aventuras que permitem ao viajante e artista desenvolver e mostrar a diversidade espacial e socioestática do mundo. Esse tipo de colocação da personagem e de construção do romance caracteriza o naturalismo antigo (Petrônio, Apuleio, Encólpio, Lúcio)”.

Relembremos, a este propósito, que Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, no *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage* (1972), observaram duas formas de abordagem completamente diferentes da problemática dos gêneros: uma abordagem indutiva, que propõe uma classificação genológica baseada na observação de um determinado período, e uma abordagem dedutiva, baseada numa teoria do discurso literário que faz a descrição do sistema dos gêneros numa dada época. A diferença de métodos e de concepções destas duas abordagens levam Ducrot e Todorov a interrogarem-se sobre o objecto que elas visam, salientando que na abordagem indutiva seria preferível falar de «gênero», ao passo que na abordagem dedutiva seria mais correcto falar de «tipo». Esta questão encontra-se, por sua vez, intimamente ligada com a historicidade. O tipo e o gênero possuem «différents degrés d'inscription dans le temps», mais fraco no que diz respeito ao tipo e mais forte no caso do gênero. Para os autores, questões de ordem temática ou de sensibilidade de época pertenceriam mais ao domínio dos gêneros literários, enquanto questões de ordem puramente narratológica se encontrariam mais ligadas à tipologia. (CABETE, 2010, p. 188)

Antes da publicação desse verbete do citado dicionário francês, no entanto, Jaime Cortesão já havia se preocupado com o nível temporal e literário dos registros de viagem, utilizando as designações “literatura de viagens” e “narrativas de viagem” para identificá-los (CORTESÃO, 1940). Desse vasto conjunto considerado como gênero literário, Cortesão exclui as “cartas”, os “diários” e os “livros de bordo”, porque, embora sejam quase sempre de grande interesse histórico, “não pertencem à história literária” (CORTESÃO, 1940, p. 34).

O mesmo autor estabelece, conseqüentemente, uma distinção fundamental entre as obras de fulgor literário e as restantes. Afirmava o autor, em 1943, a propósito de Pero Vaz de Caminha: “[...] sempre que o funcionário régio coincidia com o homem de curiosidade científica, suas obras pertencem à literatura de viagens” (CORTESÃO, 1940, p. 43). Em *A Literatura Portuguesa e a Expansão Ultramarina. As ideias. Os sentimentos. As formas de arte (Séc. XV e XVI)*, Hernâni Cidade, por sua vez, utiliza as expressões “livros de viagens e itinerários”, “poesia das navegações” ou “literatura de viagens”, reforçando a ambigüidade de classificação ao afirmar que n’*Os Lusíadas* existem “valores estéticos que para a literatura derivam da expansão ultramarina” (CABETE, 2010, p. 181-182).

Joaquim Barradas de Carvalho, no volume *O Renascimento Português: em busca de sua especificidade* (1980), adota uma posição mais detalhada, restringindo o que ele chama de “literatura de viagens” a um pequeno conjunto de textos nacionais de caráter marcadamente histórico-marítimo. De acordo com Barradas de Carvalho, se nos atentarmos às obras da literatura de viagens da época das navegações, “verificamos ser [...] possível distinguir [...], entre meados do século XV e os primeiros anos do século XVI [...] – quatro ou mesmo cinco gêneros

suficientemente definidos, a saber: crônicas, descrições de terras, diários de bordo, roteiros e guias náuticos” (CARVALHO, 1980, p. 18-19).

Nessa proposta tipológica, Barradas de Carvalho insiste numa tipologia que radica na distinção que faz entre “literatura de viagens” e a “literatura científica e técnica”, considerando que a primeira engloba gêneros muito heterogêneos, tais como as primeiras crônicas, descrições de países, jornais de bordo, roteiros e guias náuticos, frutos da expansão e das primeiras navegações, enquanto a segunda envolve os tratados científicos e técnicos dos matemáticos e botânicos do século XVI, como D. João de Castro, Pedro Nunes, Garcia de Orta, entre outros. Nesse momento da década de 1980, muitos investigadores como Barradas de Carvalho, João Rocha Pinto, Maria Virgínia e Miguel Metzeltin limitaram a literatura de viagens a uma curta lista de textos nacionais de acentuado caráter histórico e marítimo (crônicas, descrições de terras, diários de bordo, roteiros, etc.)⁴. A tipologia de Barradas, contudo, não foi suficiente para construir uma mínima tipologia da literatura de viagens, pois, para tal, limitou-se a considerar os conteúdos dos textos, deixando de analisá-los estilística e semanticamente, isto é, nos seus diferentes níveis e profundidades histórico-discursivas.

Nessa linha de distinção entre o que é da literatura e o que é da técnica da viagem, o historiador João Rocha Pinto distingue fundamentalmente as fontes narrativas (que englobam as crônicas, descrições de cercos, descrições de naufrágios, relações de viagens, cartas, memórias, testemunhos, diários, coleções de viagem, livros de armadas e as descrições geográficas, socioeconômicas, etc.) das obras técnicas, constituindo tal categoria pelos livros de armação, os roteiros, os livros de marinharia e os guias náuticos (PINTO, 1989). A proposta de João Rocha Pinto apresenta, por isso, algumas limitações: o historiador reduz a literatura de viagens ao processo técnico das navegações coloniais, aspecto que foi muito encontrado nas abordagens de vários outros estudiosos do tema, o que desconsidera todo um arcabouço subjetivo dos registros.

Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, por sua vez, em *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, debruçam-se também sobre o tema da viagem e seus registros. Para esses autores, a viagem é uma prática cultural que está inserida em três formas de movimento que se sucedem historicamente: a peregrinação, a viagem e o turismo. Segundo esses autores, a prática de viagem religiosa, colonial e turística permite, gradativamente, o desdobramento do caráter peculiarmente individual do viajante perante o mundo que tenta observar e compreender. Esse movimento:

⁴ João Rocha Pinto. *A viagem, memória e espaço*. Lisboa: Sá da Costa, 1989; Maria Virgínia e Miguel Metzeltin. *Obras Completas de D. João de Castro*. Vol. IV, Coimbra, 1981.

Opõe-se, cada vez mais, à peregrinação, pois, reivindica ou considera implícito o caráter individual de sua decisão e do seu ato. É evidente que sua prática corresponde na própria escolha do viajante, a certas modas culturais. [...], [trata-se ainda] do melhor meio de conhecer e interpretar o universo. (MACHADO; PAGEAUX, 1988, p. 36-37)

Nessa perspectiva sequencial, o peregrino, o navegador e o turista inserem-se numa tradicional prática coletiva que vai, aos poucos, individualizando-se, mesmo quando a realização dos seus percursos implica circuitos organizados, itinerários e guias pré-estabelecidos. Situando a viagem como prática iniciada no final da Idade Média e terminada na segunda metade do século XIX, Machado e Pageaux consideram que:

[...] a viagem corresponde a uma adequação do homem ao mundo exterior, um poder incessantemente manifestado do homem sobre o mundo, por vezes mesmo uma vontade de poder, quer dizer: uma capacidade infinita de, ao descrever e ao compreender o mundo, se conceber como dono desse mundo. (MACHADO; PAGEAUX, 1988, p. 35)

Sendo assim, a narrativa de viagem foi sempre um ato de (re)apropriação que “afirma a possibilidade de transformar o desconhecido em conhecido e de confirmar que o homem – neste caso, o registro do viajante –, em toda a sua dimensão humana, é o melhor meio de conhecer e interpretar o universo” (MACHADO; PAGEAUX, 1988, p. 35). Assumindo formas variadas, a viagem foi alvo de uma atenção muito particular por parte desses investigadores da literatura comparada e da literatura de viagem, cujos estudos exploram os princípios e as expectativas que geram e estruturam a imagem de outros mundos ou do próprio desconhecido.

No entanto, em Machado e Pageaux, é explícito o limite imposto à noção contemporânea da literatura de viagem pelo turismo, visto que essa característica não é suficiente para visualizar a continuidade de uma tradição historiográfica e literária sobre o tema, que, por sua vez, se intensifica e se aperfeiçoa desde o século XIX e que representa e refigura os registros de viagem de modo a reinterpretar e reescrever os episódios da história colonial. Além disso, o conceito de peregrinação apresenta limites grosseiros ao ser enquadrado como uma “prática cultural que [apenas] exprime a inutilidade terrena deste mundo e sobrepõe à vida terrestre um itinerário espiritual, uma procura, uma demanda (demanda mística e por isso é considerada uma viagem agregadora da tradição religiosa na qual está inserida)” (MACHADO; PAGEAUX, 1988, p. 36).

Porém, veremos, a partir das tipologias apresentadas no próximo tópico, que não se trata de distinguir, nos registros medievais nem mesmo nos registros modernos, o real do fabuloso e muito menos o real do irreal, visto que, em diversas

épocas, uma clivagem desse tipo é impossível, pois muitos elementos eram considerados como parte da realidade:

O viajante percorre lugares onde o outro mundo, o mundo encantado, existe com evidência suficiente para que se possa viver simultaneamente nos dois registros: ordinário e extraordinário. É preciso lembrar que mesmo Colombo vive nesse estado de espírito durante os primeiros meses da expedição de 1492. (KAPPLER, 1993, p. 108)

A literatura de viagem nos estudos culturais

Se a prática da viagem colonial é o momento concreto da abertura do olhar do viajante europeu sobre a novidade do mundo, a interpretação do registro da viagem constitui o momento da renovação desse olhar e a inequívoca afirmação do fascínio que o diferente sobre ele exerceu:

[...] ao retomar o fio dos acontecimentos e ao fixar em texto a imagem das coisas em ações vislumbradas, o viajante não só selecciona e acentua aquilo que mais demoradamente cativou o seu olhar, como abre portas ao leitor para reiniciar a mesma viagem e lançar, ele também, um olhar sobre esse mundo novo, agora desvelado na paisagem do texto. (ARAÚJO, 2003, p. 43)

Sendo assim, o ato apropriativo e individual do viajante que registrou novos povos e novas terras durante o período colonial não demarcaria somente o ato configurativo do seu registro, mas também o refigurativo, e essa refiguração sugere novos componentes para a compreensão e a representação da função social e cultural de cada registro produzido nesse contexto.

Nessa perspectiva, se a viagem tem o potencial comparativo entre o ser e o mundo, é preciso salientar que essa comparação não se reduz ao nível da configuração, pois se estende, também, aos atos pré-figurativos e refigurativos dos registros, em que se compreendem analogicamente as imagens culturais, que, através de textos historiográficos e literários, são refigurados. Nesse último ponto, salientamos a síntese tipológica proposta mais recentemente por Wladimir Krysinski (1997) acerca de textos ficcionais que dialogam com os registros de viagem, tendo por critério a relação significativa que se estabelece entre o narrador-viajante e o referente registrado.

Na esteira de Greimas, Courtés e Krysinski, as narrativas de viagem são consideradas, sobretudo, como objetos semióticos, distinguindo fundamentalmente três categorias: as narrativas que o autor designa por “*tópico-archétypal*”, que no seu entender constitui o modelo tipológico das narrativas de viagem organizadas

em torno de um herói; as narrativas que nos apresentam o espetáculo da alteridade, em que “o outro se institui como objecto de observação; e as narrativas modernas e pós-modernas, em que as primeiras problematizam a questão do *outro*, enquanto as últimas se encarregam de o anular” (CABETE, 2010, p. 190-191).

No esquema proposto de Krysinski, portanto, a alteridade é vista como elemento chave para se entender o núcleo desse tipo de registro, porém ela é colocada apenas passivamente por não ser considerada de forma ativa no processo de (res)significação das narrativas de viagem pelo seu público leitor e crítico, reduzindo-se a diagnosticar a alteridade nas imagens configurativas e lexicais dos registros de viagem. O que, por ora, podemos concluir é que, diante do resultado de inúmeras análises desses registros, suas tipologias geralmente não se assentam num critério bem definido, deixando de esclarecer o que consiste operacionalmente a literatura de viagem em seu plano lexical e simultaneamente semântico.

Por isso, é necessário ressaltar aqui que essa expressão (literatura de viagem) será conceituada, antes de tudo, a partir das potencialidades hermenêuticas e fenomenológicas de apreender refigurativamente o mundo a partir dos registros dos viajantes, partindo sempre das características envoltas num determinado contexto histórico e político, condições prefigurativas que podem esclarecer novos significados aos registros da expansão marítima. Diante dessas especificidades a serem consideradas, cabe agirmos de forma precavida e não nos precipitarmos em interpretar tudo dentro do tema “viagem” apenas.

Se com o turismo, por exemplo, todos podem ir a qualquer lugar do globo, muito bem; mas mataram-nos o tempo da viagem, e com ele a expectativa e a narração com o encorajamento de contar o que outros não podiam entender ou observar acerca dos mundos distantes e desconhecidos. Com tais alterações, fecha-se o ciclo de registros de viagem em que prevalecem os guias turísticos e outros meios de comunicação, porém abre-se, por outro lado, todo um campo da literatura de viagem que deu início a uma fase refigurativa dos registros, sendo as viagens históricas reescritas em narrativas historiográficas e ficcionais, preferencialmente.

É o que parece compreender Fernando Cristóvão, que, em sua obra intitulada *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens* (1999), tenta teorizar a literatura de viagem como um “subgênero composto, em que a Literatura, a História e a Antropologia, em especial, se dão as mãos para narrar acontecimentos diversos relativos a viagens” (CRISTÓVÃO, 2010, p. 9). Para Cristóvão, a literatura de viagem como subgênero, em qualquer das suas etapas, apresenta “marcas” linguísticas, literárias e históricas próprias, temas recorrentes, sem ter exclusividade em nenhuma dessas propriedades: “Desta forma, o subgênero adquire um rosto, quase se diria um estatuto ontológico próprio, sem prejuízo de evoluir no tempo e na cultura” (CRISTÓVÃO, 2010, p. 10).

Fernando Cristóvão tenta partir de uma teoria mais global e um critério temático mais amplo, e não simplesmente geográfico, nacional ou cronológico, não

deixando de salientar seus aspectos científicos e literários. Cristóvão reconhece que, quando o tema da viagem se abre também ao domínio literário, não só se permite a um mais amplo conhecimento da referência, como também à literariedade, pois “a utensilagem literária de análise (figuras de retórica, análise de estruturas, efeitos de sentido e de estilo, metaforismo, uso da linguagem, estética da recepção) proporciona um acréscimo de saber” (CRISTÓVÃO, 2002, p. 37-38). Nessa esteira, Cristóvão reforça seu argumento com a seguinte observação: “Tão natural é a ligação do maravilhoso com a viagem que lhe dá acesso, que também a viagem real dificilmente escapa a ser descrita em termos de ficção” (CRISTÓVÃO, 2002, p. 50-51).

Na perspectiva de Cristóvão, não se trata somente da viagem

[...] enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, mas também ao que, por ocasião da viagem pareceu digno de registro: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais [...]. (CRISTÓVÃO, 2002, p. 35)

Em função da suposta existência de uma literatura de viagem, portanto, Cristóvão esboça uma tipologia de caráter temático, propondo dividi-la em cinco partes principais: “viagens de peregrinação, de comércio, de expansão (estas seriadas por expansão política e religiosa), de viagens de erudição (expansão científica), de viagens imaginárias” (CRISTÓVÃO, 2002, p. 37-38).

O problema aqui é que Cristóvão propõe outra tipologia sem adentrar na metodologia para apreender as espécies textuais temáticas que reconhece. Se com o critério temático ele consegue extrapolar a divisão estanque entre história e ficção, real e imaginário, indutivo e dedutivo (como sugeriu Todorov), por outro lado, permanecem as superficialidades textuais e contextuais de cada registro para melhor apreender suas especificidades, contiguidades e congruências. Tais limites fazem com que sua proposta tipológica seja excessivamente global, cuja amplitude se distancia das especificidades hermenêuticas e fenomenológicas implicadas em cada registro. Essa falta de especificidade histórica e narrativa, que até mesmo Barradas apelara, anteriormente, sem se desatrelar dos moldes tipológicos tradicionais, aponta convergências sem dar conta das divergências que os registros exprimem, aproximando todos os tipos de registro de viagem ao conjunto denominado “literatura de viagem”, em que mais uma vez o termo “literatura” falha por sua generalização.

Outra limitação encontrada na proposta tipológica de Fernando Cristóvão foi o que ele chamou de “viagem na literatura”, expressão que traz novamente o termo literário em sua superficialidade. Com essa expressão, o autor designa todo texto anterior às navegações coloniais que trazem em seu núcleo o tema da viagem ou

do deslocamento. Estamos, na verdade, perante uma questão altamente complexa, uma vez que os antigos registros de viagem “apresentam uma resistência invulgar a qualquer tentativa cabal de classificação, em virtude da sua natureza compósita e variedade discursiva, tornando-se difícil ou mesmo impossível, traçar suas respectivas fronteiras” (CABETE, 2010, p. 126) historiográficas e ficcionais.⁵

Logo, a tão especulada “literatura de viagens” deve caracterizar-se, fundamentalmente, por intermediários, sobretudo por um

[...] forte hibridismo discursivo, assumindo modalidades semânticas e genológicas muito variadas, desde as relações, roteiros, cartas, itinerários e guias náuticos, sendo o elemento unificador o facto destes múltiplos modos discursivos parecerem existir em função e como resultado [narrativo] da própria viagem. (CABETE, 2010, p. 127)

Nessa instância valorativa da literatura em todas as suas nuances hermenêuticas, percebemos que, ao contrário do tempo veloz da viagem de turismo no tempo contemporâneo, como foi salientado por Machado e Cristóvão, temos, no período recente, o surgimento de um ritmo da literatura de viagem mais crítico, narrativamente cadenciado e variável, tendo em vista as obras literárias que efetivam uma representação ficcional mais heurística sobre o tema, aproximando indivíduos, espaços e temporalidades relacionadas ao momento prefigurativo, configurativo e refigurativo dos registros de viagem.

Por uma refiguração narrativa dos registros de viagem

Para adentrarmos nesses processos representacionais e miméticos contidos nos registros das viagens, optamos por nos amparar metodologicamente no pensamento de Paul Ricoeur (2010), que nos auxilia a explorar a senda hermenêutica dessa documentação, de modo a não usurpar ou superinterpretar o acontecimento (o fenômeno) em análise, levando em consideração os níveis miméticos da composição narrativa de uma ação, em que “sua refiguração se mostra como produto da

⁵ Para Cristóvão, que reconhece os aspectos literários desse conjunto, tornou-se comum a literatura de viagem ser identificada com a expansão marítima partindo do século XV, data esta que, para ele, continua a ser “perfeitamente aceitável, não só por ter atingido a plenitude da expressão deste tipo de texto, intimamente ligado à mentalidade aberta do Renascimento e da Idade Moderna, mas, também, por entrarem na corrente cultural inaugurada pela descoberta da imprensa.” (CRISTÓVÃO, 2010, p. 24-25), que contribuiu significativamente para proliferar a escrita e o público desses textos. De fato, é preciso considerar a atenção de Cristóvão ao apoio fundamental da imprensa e a consequente produção sistemática desses registros, que causaram uma verdadeira transformação na transmissão das informações sobre os mundos distantes e desconhecidos, originando um tipo de literatura que se afastava, paulatinamente, do discurso oficial e da primeva ideologia de estado, (re)elaborados ou (re)contados por autores não tão comprometidos com tais ideologias.

intersecção do mundo posto em intriga pelo historiador com o mundo prático onde se cruzam as circunstâncias de quem faz com o que sofre a história” (LEAL, 2002, p. 162).

Nesse processo mimético, observamos que a ação humana comporta características configurativas e refigurativas, constituindo, assim, um processo de ressignificação do ser e do mundo, o que faz do discurso um acontecimento específico da linguagem a ser considerado e analisado na cadeia do evento da compreensão: “A ação humana pode ser sobressignificada, porque já é pré-significada por todas as modalidades de sua articulação simbólica. É nesse sentido que o problema da referência é mais simbólica” (RICOEUR, 2010, v.1, p. 139):

O problema passará a ser então o de mostrar como a refiguração do tempo pela história e pela ficção se concretiza por meio dos empréstimos que cada modo narrativo toma do outro. Esses empréstimos consistirão no fato de que a intencionalidade histórica só se dá incorporando à sua perspectiva os recursos de ficcionalização que remetem ao imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do padecer assumindo simetricamente os recursos de historicização que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo. Dessas trocas íntimas entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o chamado tempo humano que nada mais é que o tempo narrado. (RICOEUR, 2010, v. 3, p. 173)

Nesse sentido, das narrativas e suas ligações metafóricas emanariam uma sensibilização maior no tratamento do tempo humano. Enquanto “a narrativa de ficção descerra o tempo, alarga o arco de variações imaginativas; a narrativa histórica contribui para recerrar o tempo, unificando-o e homogeneizando-o” (DOSSE, 2017, p. 138). A poética da narrativa sugere-se, assim, como uma forma de ultrapassar as aporias da apreensão filosófica do tempo, propondo explorar a questão da refiguração sobre a referência, pois a questão é redefinir a noção mesma de realidade a partir de conectores próprios a um “terceiro-tempo histórico” (RICOEUR, 2010).

Logo, para Paul Ricoeur, a narrativa é a resposta à dicotomia entre as perspectivas cosmológica e existencial do tempo (o que direcionamos aqui ao viajante) que o filósofo organiza e reconhece em duas narrativas principais, a história e a ficção:

A história, na medida em que constitui uma temporalidade mista, entre o tempo cosmológico e o fenomenológico, e as narrativas ficcionais, por facilitarem a abertura a variações imaginativas, exploram, na dimensão imaginária, as inúmeras propriedades qualitativas do tempo como hipóteses de possíveis

soluções para os enigmas da temporalidade. (AZEVEDO E CASTRO, 2002, p. 268)

Nesse momento, o leitor refigura, isto é, reorganiza a sua própria existência na inter-relação que estabelece metaforicamente com o relato configurado. Trata-se, por fim, “do ato de ler que acompanha a configuração da narração e atualiza a capacidade de ser seguida. Seguir uma história é atualizá-la na leitura” (AZEVEDO E CASTRO, 2002, p. 288). E essa atualização da história na leitura transforma o ato redescritivo e metafórico da leitura num verdadeiro processo de refiguração quando se torna correspondente direto e indireto das ações e suas configurações temporais.

Para Ricoeur, o que proporciona à metáfora um alcance referencial no ato refigurativo, ele mesmo veículo de uma pretensão ontológica, é a correspondência entre um ser e um ver, a que se resume o trabalho da metáfora no plano da linguagem. Aqui essa problemática tornou-se, efetivamente, a passagem da configuração do relato de viagem para uma refiguração do mundo real do leitor situado fora do relato. Cabe ressaltarmos que essa problemática ganha suas primeiras sistematizações na *Poética* de Aristóteles, que atribui ao *mythos* (à fábula ou à intriga) uma função mimética revisitadora do ponto de vista do mundo da ação ou da *práxis*. Nessa esteira, é possível afirmar que a narrativa circunscrita pela poética aristotélica

[...] não se fecha em si mesma, pois se refere à ação humana – a mimese –, que não é uma mera imitação, no sentido, de uma cópia, uma réplica, uma duplicação, mas uma reorganização num nível mais elevado de significância e de eficiência. A tese bem simples do poder de uma redescritão atribuído ao enunciado metafórico como tal fica enriquecida pela associação de várias mediações que garantem a transição entre configuração na narrativa e refiguração do mundo da *práxis*. Essas mediações são abordadas no volume I [de Tempo e narrativa] com o título da tripla mimese: prefiguração, configuração e refiguração. (RICOEUR, 2011, p. 33)

De acordo com tal perspectiva, a refiguração da intriga (ou seja, da *mimésis* da ação), que tem lugar no ato da leitura, deve ser entendida como um sinal que se dirige à criatividade do leitor (e do ficcionista que relê as fontes), fazendo desdobrar as suas possibilidades de compreensão: “Todo este processo mimético revela a imaginação criadora atuante sobre as ações e as percepções humanas, sendo o seu momento por excelência a refiguração, *mimesis* III, em que, finalmente, Ricoeur se rende, abertamente, à dinâmica da imaginação” sobre o vivido em sua sucessiva rearticulação simbólica (AZEVEDO E CASTRO, 2002, p. 288-289).

No processo de produção do conhecimento, em que as fontes, os materiais e os vestígios vão imprimindo as direções e os caminhos a serem percorridos pelo historiador, Ricoeur reconhece os elementos volitivos do autor e as diferenças

cognitivas do leitor, receptor do conhecimento histórico produzido, também sujeito de produção do conhecimento. Porém, ao contrário dos desconstrucionistas, Ricoeur incorpora positivamente essa perspectiva complexa em torno da produção e da interlocução da narrativa histórica, que refigura “as vozes do passado de acordo com a possibilidade de integrar dialeticamente aspectos que antes pareceram inconciliáveis: o tempo estrutural dos *Annales* e o tempo vivido do Historicismo apoiado na narrativa” (BARROS, 2010, p. 5).

Diante desse arcabouço teórico-metodológico apresentado, com base em Ricoeur (2010), propomos algo que vai além do que sugeriu Fernando Cristóvão (2002) para a sua tipologia da literatura de viagem, em que ainda se separa superficialmente a “viagem imaginária” dos registros históricos. Nesse artigo, contudo, recorreremos à expressão literatura de viagem para identificar mais especificamente uma recente fase refigurativa desses registros, tema em que há ainda muito por investigar. Por isso, propomos uma noção de literatura contemporânea de viagem com base no processo de refiguração ficcional dos registros coloniais. Para a apreciação de tal processo, é preciso que o olhar do crítico literário e do historiador se complementem diante do valor heurístico e interdisciplinar que possuem muitas das recentes narrativas literárias que se aproximam refigurativamente dos registros de viagem, evidenciando, assim, suas híbridas e monológicas significações.

Muitas obras literárias contemporâneas podem oferecer aos seus leitores diversos exemplos desse processo de refiguração. Pelo foco teórico de nossa abordagem, não tivemos espaço suficiente aqui para analisar alguns desses exemplos, porém é possível apontarmos uma senda de obras que nos possibilitam ver, na prática, como uma ficção pode dialogar mais rigorosamente com a documentação histórica das viagens coloniais, pontuando suas próprias interpretações verossímeis e inferenciais, de modo a revelar casos e elementos omissos ou subentendidos. Trata-se do caso das obras ficcionais que refiguram, por exemplo, muitos dos elementos documentais contidos nos diários de viagem de Cristóvão Colombo, como *El arpa y la sombra* (1979), de Alejo Carpentier; *Los perros de paraíso* (1983), de Abel Posse; *Vigilia del Almirante* (1992), de Augusto Roa Bastos; *El último crimen de Colón* (2001), de Marcelo Levinas, entre outras obras.⁶

⁶ Refigurar a história das navegações é um trabalho que diz respeito ao ofício do historiador e do ficcionista. Exige certos cuidados na interpretação dos fatos e uma pesquisa minuciosa sobre a história das técnicas de navegar e dos imaginários da tripulação. Assim, partimos da hipótese fundada na expectativa de uma observação atenta e comparativa de determinadas narrativas ficcionais, que transferem à ficção o questionamento da experiência histórica. O Colombo ficcional de *El último crimen de Colón*, por exemplo, romance escrito por Marcelo Levinas, demonstra-nos um personagem marcado por um raciocínio apurado e um conhecimento profundo das mais diversas áreas do conhecimento cultivadas em sua época, porém tal personagem também é acompanhado de profundas falhas morais e humanistas que o levam a cometer enganos e dissimulações perante sua tripulação, senda de possibilidades circunscritas em seus próprios diários de viagem. Para mais detalhes sobre o processo refigurativo contido nessa obra ficcional, acessar o tópico 7.4.2 da minha tese de doutorado

O processo de refiguração (a mimesis III para Ricoeur) dos registros de viagem aponta que o ficcionista, também indagador dos registros históricos, pode se compromissar em realizar uma espécie de releitura dos registros, de modo a dialogar com suas características ideológicas e narrativas. Se tal estratégia não promove aqui nenhuma teoria específica, pode nos servir, por outro lado, de meio para realçar, em certas obras literárias, a realização de um procedimento hermenêutico que favorece a configuração e a refiguração das mentalidades e das escritas em jogo nos registros de viagem. Em síntese, com esse processo de refiguração, evidenciamos a possibilidade de as obras ficcionais se compromissarem com uma interpretação mais rigorosa dos registros de viagem, fazendo surgir, assim, muitos detalhes históricos que ainda podem e devem emergir dos estudos sobre os contatos coloniais.

Considerações finais

O estudo sobre as fontes históricas da expansão marítima pode se tornar bastante denso, e o importante, acima de tudo, é que estabeleçamos uma análise hermenêutica das obras literárias apoiada no suporte documental e na interpretação semântica de seus registros, ultrapassando o limite categórico imposto a esses objetos de estudo, interpretando-os para além de sua estrutura lexical, da sua categoria de obra técnica, roteiro, guia náutico ou livro de marinharia, visto que todos os registros podem ser refigurados, apresentando a seus leitores do século XXI um modo antigo de pensar, agir e expressar que extrapolam os limites das linhas do relato.

Nessa fase contemporânea de apropriação literária dos registros, podem surgir representações ficcionais historicamente muito elaboradas, sendo possível identificar não somente ficções utópicas e construções opositivas e denunciativas das falsas imagens eurocêntricas, mas também obras que exploram documentalmente esses próprios limites perceptivos das descrições geográficas e etnocêntricas realizadas pelos viajantes. A partir do momento em que os registros são reapropriados por escritores contemporâneos críticos ao sistema colonial ou provenientes das ex-colônias, é possível percebermos essa tendência ficcional para a refiguração das fontes textuais, reorientando historicamente os significados das narrativas de viagem através da representação literária do outro e do desconhecido.⁷

Tais marcas históricas e críticas da viagem colonial são geralmente exploradas a partir das sucessivas ausências e reificações de seus próprios registros, traçando contiguamente os limites provocados pelas incontáveis justificativas de progresso e homogeneidade religiosa e cultural, próprias ao mundo moderno cristão, discursos

intitulada *Mimesis da viagem*: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/359257>.

⁷ A exemplo dos romances latino-americanos citados na página anterior.

que disseminam suas tendências autoritárias e normativas no interior das culturas contatadas no ultramar, tendo em vista os interesses nacionais e prerrogativas étnicas restritas. Nesse ponto, é preciso salientar a complexidade dessas marcas no plano prático, estético e relacional do processo colonizador, marcas que não podem ser reduzidas apenas ao seu caráter religioso, realista ou imaginário, pois, por mais abstrato ou ideológico que seja, muitos registros de viagem carregam aspectos intermediários e dialógicos na sua forma de entender e representar o mundo.

A comum e redutora distinção entre o caráter referencial/factual dos registros de viagem e o caráter lúdico da ficção é uma perspectiva que ainda assola muitos estudos, como diagnosticada por Paul Theroux e Paul Fussell, cujas ideias também foram discutidas no artigo de Jan Borm, “*Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology*”, defendendo tais estudiosos a tese de que o caráter narrativo dos registros de viagem não é suficiente para enquadrá-los apenas como gênero literário ou gênero histórico, sendo necessário um termo coletivo para abranger um *corpus* muito mais heterogêneo de narrativas, sejam elas ficcionais ou não (BORM, 2004).

Desse modo, a tensão entre o caráter referencial e o caráter literário da narrativa de todo registro de viagem é evidente não só nas críticas acadêmicas, mas também nos numerosos textos literários que fundem os fatos com a ficção num processo de refiguração dos registros. Como defende Anthony Disney no seu estudo sobre verdade e mentira nos registros de viagem dos séculos XVI e XVII, “a escrita histórica com êxito é necessariamente um fruto da união entre fatos e imaginação” (DISNEY, 1997, p. 122).

Tal tendência de abordagem híbrida da literatura de viagem não se limita, portanto, à reprodução de viagens físicas e experiências pessoais do viajante ou de seu registro, mas se abre à comunhão de todos esses elementos para refigurar o mundo. Diante de tal premissa, não podemos deixar de lado o potencial interpretativo das grandes narrativas ficcionais de viagem que foram escritas desde Luciano, passando pela obra *As viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, *Robson Crusoe*, de Daniel Defoe, *Volta ao mundo em 80 dias*, de Júlio Verne, *Moby Dick*, de Herman Melville, e *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad.

Sendo assim, a dicotomia verdade/mentira infelizmente ainda prepondera nas análises da narrativa de viagem. Assim sinaliza Percy Adams, em *Travelers and Travel Liars: 1660-1800* (1962) e na obra *Travel Literature and the Evolution of the Novel* (1983), ressaltando a tensão entre fatos e imaginação construída em volta das acusações de forjamento e defesas de veracidade que passou a ser um questionamento intrínseco no processo de interpretação e representação desse tipo de registro. Para Mary Louise Pratt, por sua vez, a aproximação dessas propriedades é de suma importância, pois é preciso, acima de tudo, saber visualizar o fato de que, a partir do século XVIII:

[...] a edição passou a ser um negócio e os editores influenciavam plenamente no processo da escrita desses registros de viagem, transformando o texto do registro ou até contratando escritores profissionais com o objetivo de tornar os relatos compilados e/ou traduzidos mais acessíveis e atraentes para o público. (PRATT, 1999, p. 88)

Diante desses problemas estruturais, é possível afirmar que a ficcionalização dos registros de viagem pode não ser muito distinta do processo de interpretar e registrar historiograficamente o mesmo conjunto de fontes. Nessa aproximação, Maria Alzira Seixo sugere uma “poética da viagem” organizada em três grandes grupos: “a viagem imaginária (mitos, lendas, utopias), a literatura de viagem (composta por viagens reais) e, finalmente, a viagem na literatura (textos de ficção com motivo de viagem)” (SEIXO, 1997, p. 17). Ao incluir o termo literatura de viagem para identificar registros não ficcionais, Seixo abdica de uma noção mais complexa e hermenêutica do termo, que aqui ganha sobreimportância, pois o termo literatura está longe de representar somente coisas ou mundos irrealis, servindo mais como um intermediário de realidades e irrealidades.

Para não repetir tal perspectiva estanque, reconhecemos aqui as potencialidades específicas da literatura de viagem, ou seja, com base especificamente na viagem como um motivo literário denso que nos permite transitar entre as identidades individuais e coletivas, confrontar diversas versões documentais e visões de mundo, expandindo o horizonte de conhecimento histórico a partir da refiguração dos registros. Ao contrário dessa perspectiva, só nos resta uma carga textual do sentido discursivo pretensamente esgotada nos comentários dos historiadores antigos, que, numa operação de interpretação dos documentos, reduzem-se às suas componentes lexicais. É preciso frisar que isso não apaga o primacial papel documental nesse fazer histórico a partir da literatura. Mas a questão é como ocorre tal união, e, como apontado anteriormente, para tentar respondê-la, procuramos o auxílio da hermenêutica contemporânea de Ricoeur (2010).

Com sua base teórica, os artificios utilizados pelas ficções para refigurar os registros de viagem podem nos informar algo sobre o seu nível não somente sensorial-descritivo como também intelectual, percorrendo por entre os elementos da dissimulação, da omissão e da distorção de um dado relato. Dessa forma, o processo ricoeuriano de refiguração pode nos permitir visualizar as relações estabelecidas entre dois mundos: o que se vive e relata e aquele em que se reconta, muito tempo depois, o mesmo evento relatado. Por conseguinte, os mecanismos de refiguração narrativa, nesse processo dialógico, constituiriam uma interessante relação de força para avaliar a apreensão da realidade colonial e seus entendimentos subsequentes não somente por meio da historiografia, mas também do campo ficcional.

Em suma, as reescritas ficcionais de registros históricos podem não se resumir a uma simples reprodução ou inversão da perspectiva configurativa do relato, visto que elas buscam redefinir o processo simbólico por meio do qual o imaginário histórico e cultural se torna o sujeito do discurso e da mentalidade: “Esta redefinição do imaginário produz-se *a partir de e contra* o colonialismo, criando uma memória histórica partilhada por toda a comunidade” (RODRIGUES, 2014, p. 17). Nesse sentido, tentar definir a literatura de viagens é tomar consciência da dificuldade de encetar uma tentativa dessa natureza, dado que se trata, antes de tudo, de um conjunto de registros refigurativamente em movimento, ou seja, em constante crítica e reescrita.

Neste artigo verificamos que, ao longo dos tempos, surgiram múltiplas tentativas de definição e classificação dos registros de viagem, confirmando-se a complexidade da tarefa devido à pluralidade de características técnicas, discursivas e ideológicas que dificultam uma identificação definitiva e unilateral. O reconhecimento e a consideração crítica desse conjunto literário são ainda bastante escassos, sendo a análise desse tipo de registro encaminhada quase sempre a perspectivas de tipo técnico ou cultural, esta última manifestamente de maior interesse para a antropologia, mas que ainda deixa intocada toda uma zona semântica de cruzamentos narrativos e ideológicos que podem esclarecer os processos interculturais da história colonial.

Portanto, a literatura de viagens deve ser reconhecida como um complexo campo literário e discursivo no qual os rastros documentais se desdobram em suas malhas compositivas, gerando variadas mobilidades simbólicas entre os elementos mentais e sensoriais dos registros. Por isso, seu

[...] intrínseco hibridismo e a sua múltipla dimensão de transfronteiricidade não são apenas conceituais, mas também formais, uma vez que na literatura de viagens sempre se recorreu a diferentes discursos e meios (textuais e visuais) para encenar a autenticidade de percepções de outras realidades. (SEIXO, 2002, p. 19)

VECCHIO, Daniel. Travel literature as a narrative refiguration of colonial overseas records. *Itinerários*, Araraquara, n. 52, p. 95-113, jan./jun. 2021.

■ **ABSTRACT:** *In almost all authors who work with overseas history texts, there is an affinity to think of a type or group that brings these works together from labels such as ‘travel books’, ‘navigation poetry’, ‘itineraries’, ‘travel report’, ‘nautical literature’ etc. With all this diversity of classifications, what is perceived is that the existence of a more concise proposal needs to be explored, promoting a denser study about the discursive and ideological conventions of each written source. So, in this article, we propose*

a short attempt to conceptually reorganize this historical-literary field of studies, paying particular attention to the refigurative precepts provided by Paul Ricoeur's narratological studies.

■ **KEYWORDS:** *Travel records. Typology. Narrative refiguration.*

REFERÊNCIAS

ADAMS, Percy. **Travel Literature and the Evolution of the Novel**. Lexington: Kentucky University Press, 1983.

ADAMS, Percy. **Travelers and travel liars: 1660-1800**. Berkeley: University of California Press, 1962.

ARAÚJO, Horácio Peixoto. O fascínio do diferente nos relatos de viagens pelo Oriente. *In*: CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). **O Olhar do Viajante**. Dos navegadores aos exploradores. Coimbra: Almedina; Lisboa: FCT, 2003, p. 37-44.

AZEVEDO E CASTRO, Maria Gabriela. **Imaginação em Paul Ricoeur**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

BAKHTIN, M. O romance de viagens. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 205-206.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem** (TEL), v. 1, n. 2, p. 73-102, 2010.

BORM, J. Defining Travel: on the travel book, travel writing and terminology. *In*: Hooper, G.; Youngs, T. (Ed.). **Perspectives on travel writing**. Aldershot: Ashgate, 2004. p. 13-26.

CABETE, Susana Margarida Carvalheiro. **A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade nacional**. Orientadores: Dr. Álvaro Manuel Machado e Dr. Daniel-Henri Pageaux. 2010. 737 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **O Renascimento Português: em busca de sua especificidade**. Lisboa: INCM, 1980.

CORTESÃO, Jaime. **Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Seara Nova, 1940.

CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). **Condicionantes culturais da Literatura de Viagens**. Coimbra: Edições Almedina, 2002.

CRISTÓVÃO, Fernando. Introdução: Literatura de Viagens: da tradicional à nova e à novíssima. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Dir.). **Literatura de viagens**: da tradicional à nova e à novíssima. Coimbra: Almedina, 2010. p. 7-18.

DISNEY, A. Navigating literary waters: truth, lies and representations in sixteenth and seventeenth century Portuguese travel literature. In: FALCÃO, A. M.; NASCIMENTO, M. T.; LEAL, M. L. (org.). **Literatura de viagem**: narrativa, história, mito. Lisboa: Cosmos, 1997. p. 121-134.

DOSSE, François. **Paul Ricoeur**: um filósofo em seu século. Trad. Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

KRYSINSKI, Wladimir. Discours de Voyage et sens de L'Alterité. In: SEIXO, M. A. (Coord.). **A viagem na literatura**. Mem Martins-Portugal: Publicações Europa-América, 1997. p. 235-260.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. **História e ação na teoria da narratividade de Paul Ricoeur**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri. **Da literatura comparada à teoria da literatura**. Lisboa: Edições 70, 1988.

PINTO, João Rocha. A Viagem, Memória e Espaço - A Literatura Portuguesa de Viagens: os primitivos relatos de viagem ao Índico (1497-1550). **Revista de História Económica e Social**, Lisboa - Livraria Sá da Costa, n. 11-12, s./p., 1989.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Jézio H. B. Gutierrez. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

RICOEUR, Paul. **Escritos e Conferências 2**: hermenêutica. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 V.

RODRIGUES, Kamila Katarzyna Krakowska. **Na Demanda da Ideia de Nação**: As Viagens Pós-coloniais em Mário de Andrade e Mia Couto. Orientadoras: Dr.^a Maria Aparecida Ribeiro e Dr.^a Ana Mafalda Leite. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Letras / Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

SEIXO, M. A. (Coord.). **A viagem na literatura**. Mem Martins-Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

SEIXO, Maria Alzira. **Os Romances de António Lobo Antunes (análises, interpretações, resumos e guiões de leitura)**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

